

**O ENSINO DE  
PORTUGUÊS LÍNGUA  
NÃO MATERNA:  
PESQUISAS E  
PRÁTICAS  
BEM-SUCEDIDAS**

**Orgs.  
Davi Albuquerque  
Rui Ramos**

 **EDITORA  
BORDÔ  
GRENA**



**O ENSINO DE PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO MATERNA:  
PESQUISAS E PRÁTICAS BEM-SUCEDIDAS**

*Comissão Editorial*

Ma. Juliana Aparecida dos Santos Miranda

Ma. Marcelise Lima de Assis

*Conselho Editorial*

Dr. André Rezende Benatti (UEMS\*)

Dra. Andréa Mascarenhas (UNEB\*)

Dra. Ayanne Larissa Almeida de Souza (UEPB)

Dr. Fabiano Tadeu Grazioli (URI) (FAE\*)

Fernando Miramontes Forattini (Doutorando/PUC-SP)

Dra. Yls Rabelo Câmara (USC, Espanha)

Me. Marcos dos Reis Batista (UNIFESSPA\*)

Dr. Raimundo Expedito dos Santos Sousa (UFMG)

Ma. Suellen Cordovil da Silva (UNIFESSPA\*)

Nathália Cristina Amorim Tamaio de Souza (Doutoranda/UNICAMP)

Dr. Washington Drummond (UNEB\*)

Me. Sandro Adriano da Silva (UNESPAR\*)

\*Vínculo Institucional (docentes)

DAVI ALBUQUERQUE

RUI RAMOS

ORGANIZADORES

O ENSINO DE PORTUGUÊS LÍNGUA NÃO MATERNA:  
PESQUISAS E PRÁTICAS BEM-SUCEDIDAS



Catu, Ba

2021

© 2021 by Editora Bordô-Grená

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Editora Bordô-Grená

TODOS OS DIREITOS GARANTIDOS. É PERMITIDO O DOWNLOAD DA OBRA, O COMPARTILHAMENTO E A REPRODUÇÃO DESDE QUE SEJAM ATRIBUÍDOS CRÉDITOS DAS AUTORAS E DOS AUTORES. NÃO É PERMITIDO ALTERÁ-LA DE NENHUMA FORMA OU UTILIZÁ-LA PARA FINS COMERCIAIS.

*Editora Bordô-Grená*

<https://www.editorabordogrena.com>

[bordogrena@editorabordogrena.com](mailto:bordogrena@editorabordogrena.com)

*Projeto gráfico:* Editora Bordô-Grená

*Capa:* Keila Lima de Assis

*Editoração:* Editora Bordô-Grená

*Revisão textual:* Editora Bordô-Grená

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)  
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Bibliotecário responsável: Roberto Gonçalves Freitas CRB-5/1549

---

E59

**O ensino de português língua não materna:** [Recurso eletrônico]: pesquisas e práticas bem-sucedidas. / Organizadores Davi Albuquerque; Rui Ramos. – Catu: Bordô-Grená, 2021.

1749kb, 111fls. il: color

Livro eletrônico

Modo de acesso: Word Wide Web <[www.editorabordogrena.com](http://www.editorabordogrena.com)>

Incluem referências

ISBN: 978-65-87035-67-3 (e-book)

1. Língua Portuguesa – Estudo e Ensino. 2. Prática linguísticas. I. Título.

CDD 469.5

CDU 811

---

Os conteúdos dos capítulos são de absoluta e exclusiva responsabilidade dos autores.

## S U M Á R I O

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DO PORTUGUÊS COMO LÍNGUA NÃO MATERNA – UMA APRESENTAÇÃO <i>Davi Albuquerque e Rui Ramos</i>	8
O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO: ASPETOS GEOPOLÍTICOS, DEMOGRÁFICOS E ECONÓMICOS <i>Davi Albuquerque e Rui Ramos</i>	14
A ARTE DA CAPOEIRA COMO MEIO FACILITADOR DE PRÁTICA LINGUÍSTICA E MOTIVAÇÃO <i>Lucas da Silva Teixeira</i>	35
LITERATURA NO ENSINO DE PORTUGUÊS COMO LÍNGUA ESTRANGEIRA (PLE) <i>Rosângela Pereira de Souza</i>	50
UM EXEMPLO BEM-SUCEDIDO DE AVALIAÇÃO EM PLNM: USO DO GÊNERO DIÁRIO NO ÂMBITO DA PRODUÇÃO TEXTUAL DOS APRENDIZES <i>Davi Albuquerque</i>	62
IDENTIDADES EM TEMPOS DE CRISE: DESAFIOS E INOVAÇÕES NO ENSINO REMOTO DE PORTUGUÊS LÍNGUA DE ACOLHIMENTO (PLAC) <i>Cristiane da Silva Uchoa e Maria Luand Bezerra Campelo</i>	80
SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES	104
SOBRE OS ORGANIZADORES	106
AGRADECIMENTOS	108

# CAPÍTULO 1

---

## O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO: ASPETOS GEOPOLÍTICOS, DEMOGRÁFICOS E ECONÓMICOS

Davi Albuquerque e Rui Ramos

### ALARGANDO O ÂMBITO DA REFLEXÃO SOBRE O ENSINO DA LÍNGUA

Nas reflexões científicas de linguistas e de especialistas em ensino ou pedagogos, quando se fala de questões de política linguística, de ensino da língua não materna (PLNM) (língua segunda, de herança ou estrangeira) ou assuntos afins, é comum focalizar-se as questões linguísticas e de metodologia, as experiências, os projetos bem-sucedidos. Isso não é surpreendente, dado o quadro teórico-metodológico que sustenta tais reflexões e os seus objetivos.

Nesta reflexão, porém, pretende-se abrir o âmbito da discussão para convocar alguns aspetos geopolíticos, demográficos e económicos relacionados com o ensino da língua e a sua disseminação. Sabemos que, tal como acontece com a aquisição de uma língua materna, aprender uma língua não-materna é também “aprender / construir uma ‘forma de vida’, ou seja, realizar o conhecimento de si mesmo, dos outros e das ‘coisas’, dominar o sistema de normas, de valores e de crenças vivos na comunidade, integrar-se e intervir activamente na dinâmica das relações interindividuais” (FONSECA, 1992, p. 235). Qualquer língua transporta consigo valores e modos de entender e de construir o mundo, e condiciona o tipo de relacionamento de cada um com o que o rodeia, humano ou não-humano. Ensinar a língua portuguesa significa, portanto, veicular uma determinada conceção do mundo.

Uma das implicações da difusão de uma língua inscreve-se no campo económico. As línguas possuem um potencial económico não negligenciável, com repercussões em múltiplos setores da atividade de cada sociedade. Reto (2012) lista os pressupostos que estão na base do reconhecimento do valor



económico da partilha de uma língua por uma comunidade de falantes alargada, nomeadamente uma comunidade de falantes que abarca vários países:

- falantes que partilham uma mesma língua apresentam maior probabilidade de estabelecer contactos entre si e de estabelecer relações económicas;
- falantes que dominam uma língua estrangeira, falada em outro país, apresentam maior probabilidade de construírem uma imagem positiva desse país e, concomitantemente, de aderirem e difundirem traços culturais desse país; tal disponibilidade constitui uma mais-valia para as indústrias culturais desse país;
- existe um efeito de rede associado à massa de falantes de uma língua: quanto maior for essa massa, mais valor lhe é atribuído, mais indivíduos vão ter interesse em dominá-la igualmente; gera-se, assim, um crescimento potencial significativo;
- a facilidade de comunicação entre falantes que partilham a mesma língua gera redução dos custos de transação (entre 6% e 22%, segundo o autor);
- falantes que dominam várias línguas possuem maior poder competitivo para obter emprego e melhor remuneração;
- existe um sentimento de orgulho e um reforço da autoestima na pertença a uma comunidade linguística forte.

Essas considerações anunciam a existência de um trilho específico que pode ser percorrido quando refletimos sobre o ensino do PLN, claramente marcado por um ponto de vista económico, e que vem juntar-se a outros trilhos, marcados por diferentes pontos de vista. Acreditamos que abordagens complementares encerram o potencial de se enriquecerem mutuamente, sem conflito. Assim, não entrando em aspetos marcadamente técnicos e específicos, propomos um percurso por um caminho onde se juntam vários trilhos.

## A LÍNGUA PORTUGUESA NO CONTEXTO DAS LÍNGUAS DO MUNDO

A partir do século XV e mais intensamente no século XVI, a língua portuguesa teve uma expansão global acelerada, a partir de Portugal, um país que possuía somente, à altura, cerca de um milhão de habitantes. A sua difusão por vários continentes multiplicou o número de falantes de língua portuguesa e de países que a adotam como língua (co)oficial – mesmo que, em vários casos, ela não seja a língua materna de grupos significativos de habitantes.

Os mais recentes censos (2021)<sup>1</sup> indicam que Portugal conta com 10.347,892 residentes, uma população que, na última década, decresceu cerca de 2,0%. Não é, portanto, na Europa que reside a maior parte dos seus falantes, nem foi na Europa que a língua portuguesa conheceu a sua mais significativa expansão histórica, mas nos continentes americano e africano. De acordo com o *Worldometer*, a população dos países lusófonos é a seguinte:

*Tabela 1: População dos países lusófonos*

PAÍS	POPULAÇÃO
Angola	32 866 272
Brasil	212 559 417
Cabo Verde	555 987
Guiné-Bissau	1 968 001
Guiné Equatorial	1 402 985
Moçambique	31 255 435
Portugal	10 196 709
São Tomé e Príncipe	219 159
Timor-Leste	1 318 445
<b>TOTAL</b>	<b>292 342 410</b>

*Fonte: Worldometer (<https://www.worldometers.info/>).*

Esses dados apresentam algumas pequenas diferenças face a outras fontes de informação estatística; além disso, há que considerar que a Guiné Equatorial, apesar de pertencer formalmente à Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP) e de poder ser oficialmente incluída no

---

<sup>1</sup> Fonte: Instituto Nacional de Estatística ([https://www.ine.pt/scripts/db\\_censos\\_2021.html](https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html)).

grupo dos países lusófonos, não possui uma população que domine, de facto, o português; e, como foi referido, largos setores da população dos países africanos e de Timor-Leste não são proficientes em língua portuguesa. Estas considerações orientam-se no sentido de reduzir o número de falantes efetivos da língua portuguesa.

Por outro lado, são identificáveis extensas comunidades de emigrantes falantes de português em diversos países, com especial relevo para os da Europa e os Estados Unidos da América (em particular, comunidades de brasileiros e portugueses, mas também de outros cidadãos oriundos de países africanos, com especial relevo para os cabo-verdianos). E há que considerar que na Galiza, uma das regiões de Espanha, uma das línguas oficiais é o galego, uma língua pertencente à família do português. Segundo o Instituto Galego de Estatística, a Galiza conta com 2.701.819 habitantes<sup>2</sup> e 88% da população maior de cinco anos domina o galego<sup>3</sup>. Nesse caso, a intercompreensão com falantes de português é largamente facilitada, mas também o sentimento de proximidade e a partilha de uma língua (quase) comum.

Se se considerar que a população mundial se aproxima dos oito mil milhões de indivíduos, os dados apresentados na Tabela 1 mostram que os habitantes de países de língua (co)oficial portuguesa representam 3,65% da população mundial.

No quadro das línguas mais faladas do mundo, a língua portuguesa encontra-se entre as dez primeiras, segundo o *Ethnologue*:

*Tabela 2: Línguas mais faladas do mundo*

Ordem	Língua	Falantes (milhões)
1	Inglês	1 348
2	Chinês (mandarim)	1 120
3	Híndi	600
4	Espanhol	543
5	Árabe	274
6	Bengali	268

<sup>2</sup> Dados de 2020. Fonte: <https://www.ige.eu/>

<sup>3</sup> Dados de 1998. Fonte: <https://www.ige.eu/>

7	Francês	267
8	Russo	258
9	Português	258
10	Urdu	230

Fonte: *Ethnologue* (<https://www.ethnologue.com/guides/ethnologue200>).

No que respeita a relação entre migração e língua, Reto (2012) afirma que a partilha de uma mesma língua favorece os fluxos migratórios, “atuando sempre a par dos determinantes económicos principais (diferenças de rendimentos e probabilidades de emprego)” (RETO, 2012, p. 102), e acrescenta que é expectável que os imigrantes que dominam a língua do país de acolhimento (porque já a possuem como língua materna, veicular ou escolar no seu país ou porque a aprendem no país de acolhimento) consigam uma integração social mais eficaz e uma ascensão social mais consistente.

Os dados estatísticos do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras de Portugal mostram qual é a origem dos imigrantes no país. O gráfico seguinte recolhe informações do *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020*, apresentando o número de indivíduos por nacionalidade e considerando as mais representativas:

Gráfico 1: Imigrantes em Portugal



Fonte: Reis, S.; Sousa, P.; Machado, R. (2021).

Não será surpreendente verificar que a maior comunidade imigrante em Portugal é a brasileira, se forem tidos em conta os fatores históricos e linguísticos e a dimensão da população brasileira; mas é um pouco surpreendente constatar a diferença entre esta comunidade e todas as restantes, em termos de dimensão; e mais surpreendente ainda é verificar que a comunidade cabo-verdiana é a terceira maior, tendo em conta exatamente o mesmo fator demográfico – restando como potenciais justificações as que se prendem com fatores históricos, geográficos e, naturalmente, linguísticos.

Os países lusófonos ocupam uma área total de cerca de 7,25% dos quase 150 milhões de quilómetros quadrados da superfície terrestre e o seu território é totalmente habitável pelo homem (ao contrário do que acontece em zonas da Groelândia, do Canadá ou da Rússia, por exemplo). Reto sublinha que, “em consequência, os recursos naturais deste espaço são muito significativos, com destaque para as reservas de água doce e solo arável, ainda largamente subaproveitados, sobretudo em Angola e Moçambique” (RETO, 2012, p. 43).

De acordo com dados do Banco Mundial, o Produto Interno Bruto (PIB) dos países lusófonos distribui-se da seguinte forma:

*Tabela 3: PIB dos países lusófonos*

País	PIB (em milhões de \$ US)
Angola	73 241,08
Brasil	1 669 115,09
Cabo Verde	1 702,60
Guiné-Bissau	1 498,36
Guiné Equatorial	8 145,36
Moçambique	14 378,58
Portugal	226 737,24
São Tomé e Príncipe	453,22
Timor-Leste	2 417,11
<b>TOTAL</b>	<b>1 997 688,64</b>

*Fonte:* Banco Mundial (<https://data.worldbank.org/indicator/NY.GNP.ATLS.CD>).

Se, de acordo com a mesma fonte, o PIB mundial é de US\$ 88.653.116,16 milhões, o PIB global dos países lusófonos representa cerca de 2,25% do PIB mundial<sup>4</sup>.

O Observatório da Língua Portuguesa<sup>5</sup> anunciou, em julho de 2021, que dados do Fundo Monetário Internacional apontam para valores próximos dos apresentados cima (um total de \$US 1.800,000 milhões), o que colocaria a economia conjunta dos países lusófonos como a 10.<sup>a</sup> economia do mundo.

No atual mundo globalizado, a comunicação realizada por meios eletrônicos impôs-se e o uso da internet ganhou o estatuto de parâmetro fundamental para avaliar a influência de uma língua.

Em termos de utilização de internet, e de acordo com o *Internet World Stats*, os utilizadores da internet lusófonos seriam 171.750,818, o que corresponde a uma percentagem da população lusófona de 59,0% (considerando uma população lusófona total de 290.939,425 indivíduos) e correspondendo a uma percentagem de 3,7% dos utilizadores globais de internet<sup>6</sup>.

A tabela seguinte apresenta uma lista das dez línguas mais utilizadas na internet:

*Tabela 4: Línguas mais utilizadas na internet*

Língua	Falantes	Utilizadores	Acesso (% da pop.)	Utilizadores (% da pop. mundial)
Inglês	1 531 179 460	1,186,451,052	77.5 %	25.9 %
Chinês (mandarim)	1 477 137 209	888,453,068	60.1 %	19.4 %
Espanhol	516 655 099	363,684,593	70.4 %	7.9 %
Árabe	447 572 891	237,418,349	53.0 %	5.2 %
Português	<b>290 939 425</b>	<b>171,750,818</b>	<b>59.0 %</b>	<b>3.7 %</b>
Indonésio/malaio	306 327 093	198,029,815	64.6 %	4.3 %

<sup>4</sup> Dados de 2020. Fonte: Banco Mundial – <https://data.worldbank.org/indicador/NY.GNP.ATLS.CD>

<sup>5</sup> <https://observalinguaportuguesa.org/>

<sup>6</sup> Dados de 2020. Fonte: <https://www.internetworldstats.com/stats7.htm>.

Francês	431 503 032	151,733,611	35.2 %	3.3 %
Japonês	126 476 461	118,626,672	93.8 %	2.6 %
Russo	145 934 462	116,353,942	79.7 %	2.5 %
Alemão	98 654 451	92,525,427	93.8 %	2.0 %

*Fonte: Internet World Stats* (<https://www.internetworldstats.com/stats7.htm>). Dados de 31/3/2020.

Esses dados colocam a língua portuguesa, uma vez mais, numa posição de relvo no contexto mundial. Naturalmente, um nível de desenvolvimento mais elevado dos países lusófonos, associado a um nível de escolarização mais elevado das suas populações, facultar-lhes-ia condições tecnologicamente mais avançadas e um acesso à internet mais democratizado, ultrapassando os 59% gerais.

Este valor geral resulta de condições significativamente diferenciadas entre os países lusófonos (e, também, sabemo-lo, dentro de cada país, em vários casos). De acordo com o mesmo site, o acesso à internet desta comunidade de países distribui-se da seguinte forma:

*Tabela 5: Acesso à internet nos países lusófonos | Fonte: Internet World Stats*  
(<https://www.internetworldstats.com/stats1.htm> e  
<https://www.internetworldstats.com/stats20.htm>).

País	População	Acesso	Acesso (% da pop.)
Angola	30 774 205	5 951 453	19.3 %
Brasil	210 867 954	149 057 635	70.7 %
Cabo Verde	553 335	265 972	48.1 %
Guiné-Bissau	1 907 268	120 000	6.3 %
Guiné Equatorial	1,449,896	362 891	25.0 %
Moçambique	30 528 673	5 279 135	17.3 %
Portugal	10 291 196	8 015 519	77.9 %
São Tomé e Príncipe	208 818	57 875	27.7 %
Timor-Leste	1 324 094	410 000	31.0 %

Como pode verificar-se, há pequenas variações quanto ao número de habitantes de cada país face a outras fontes estatísticas aqui apresentadas, nomeadamente porque as datas de recolha são diferentes. De qualquer modo, os dados apresentados confirmam a existência de níveis de acesso geral à internet claramente diferenciados entre os países.

O referido desenvolvimento dos países lusófonos encerra o potencial de expandir a língua portuguesa através de meios tecnológicos – e, neste campo, há um largo espaço para a progressão. Em 2012, Reto afirmava:

A influência da língua portuguesa pode, por conseguinte, tender a expandir-se, não só pela via do crescimento demográfico, mas também dos dispositivos tecnológicos e dos conteúdos virtuais próprios da sociedade em rede. (...)

Nestas circunstâncias, o português tem hoje possibilidades (...) de evoluir de língua internacional de um bloco linguístico para uma efetiva língua de comunicação global. (RETO, 2012, p. 45-46)

O reconhecido *Baromètre Calvet des Langues du Monde*<sup>7</sup>, na sua mais recente edição, de 2017, elege um conjunto de 12 parâmetros (aqui apresentados como p1... p12) para aferir da importância relativa das línguas:

**P1.** número de falantes – considera-se os indivíduos que têm a língua em causa como sua língua materna (ou L1, na opção terminológica do *Baromètre*), de acordo com o site *Ethnologue* (<https://www.ethnologue.com/>).

**P2.** veicularidade – considera-se os indivíduos que têm a língua em causa como sua língua segunda, ou veicular (L2).

**P3.** número de países em que uma língua tem o estatuto de língua oficial – de acordo com a lista da Universidade Laval<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Acessível através de <https://www.culture.gouv.fr/Sites-thematiques/Langue-francaise-et-langues-de-France/Politiques-de-la-langue/Innover-dans-le-domaine-des-langues-et-du-numerique/La-diversite-linguistique-et-la-creation-artistique-dans-le-domaine-numerique/Barometre-des-langues-dans-le-monde-2017>.

<sup>8</sup> <http://www.axl.cefan.ulaval.ca/>. Este site apresenta a particularidade de considerar 11 regiões / estados lusófonos, identificando separadamente as regiões autónomas da Madeira e dos Açores, que são parte integrante de Portugal; e também Macau, região da China com estatuto especial. Não inclui neste grupo a Guiné Equatorial, dada como possuindo três línguas oficiais: o espanhol, o francês e o português (esta última língua desde 2011). Indica que Cabo Verde, Macau e Timor-Leste possuem outra língua oficial, para além do português.



**P4.** número de artigos na Wikipédia – de acordo com dados do próprio site.

**P5.** prêmios literários – é considerada a língua na qual o autor premiado escreveu o essencial da obra distinguida.

**P6.** entropia – este parâmetro quantifica a “desordem”. Permite distinguir uma língua falada num só país de uma outra falada em diversos países. Nada tem a ver com o número absoluto de falantes de uma língua, mas com a distribuição dos falantes no espaço linguístico em causa.

**P7.** taxa de fecundidade – de acordo com dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas<sup>9</sup>. O índice de fecundidade corresponde ao número de crianças por mulher.

**P8.** índice de desenvolvimento humano – igualmente de acordo com dados do Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas. Trata-se de um índice composto que considera o PIB per capita, a esperança de vida à nascença e o nível de escolarização.

**P9.** índice de acesso à internet – de acordo com dados do site *Internet World Stats*<sup>10</sup>. Trata-se do número de utilizadores da internet em função da população total do país.

**P10.** número de traduções (língua-fonte) – de acordo com o *Index Translationum*<sup>11</sup> da UNESCO.

**P11.** número de traduções (língua-alvo) – de acordo com o *Index Translationum*<sup>12</sup> da UNESCO.

**P12.** universidades – este parâmetro quantifica a importância de uma língua pelo seu ensino no sistema universitário. Recorre a uma amostra de cerca de 1.000 universidades entre as existentes por todo o mundo para averiguar quais as línguas ensinadas nos primeiros níveis do ensino superior.

Os critérios elencados e o seu peso relativo para o apuramento final da importância de cada língua são assumidamente contestáveis. Com as opções do *Baromètre*, as dez línguas que obtêm maior cotação são as seguintes:

---

<sup>9</sup> <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2009/>

<sup>10</sup> <https://www.internetworldstats.com/>

<sup>11</sup> [http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL\\_ID=7810&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=7810&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

<sup>12</sup> [http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL\\_ID=7810&URL\\_DO=DO\\_TOPIC&URL\\_SECTION=201.html](http://portal.unesco.org/culture/en/ev.php-URL_ID=7810&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html)

Tabela 6: Cotação das línguas

Ordem	Língua	Cotação
1	Inglês	9,891
2	Francês	9,021
3	Espanhol	8,708
4	Alemão	8,171
5	Russo	7,504
6	Italiano	6,952
7	Português	6,649
8	Japonês	6,649
9	Holandês	6,635
10	Sueco	6,606

Fonte: Baromètre Calvet des Langues du Monde (2017)

Como é observável, a importância atribuída às línguas pelo *Baromètre Calvet des Langues du Monde* não decalca o critério da quantidade de falantes. Mas a língua portuguesa continua a ser reconhecida como uma das mais influentes do mundo, seja pelo número de falantes, seja pelos critérios do *Baromètre*.

## POLÍTICAS LINGUÍSTICAS

A análise dos parâmetros utilizados por Calvet e acima sumariamente apresentados pode constituir um ponto de partida para uma reflexão sobre as políticas linguísticas a adotar pelos países lusófonos para difundir a língua portuguesa.

Alguns dos parâmetros são de muito difícil controlo: o número de países em que uma língua é adotada como oficial, por exemplo, parece ser um desses casos. Outros parâmetros articulam-se com variáveis complexas, como a taxa de fecundidade, o PIB ou a esperança de vida à nascença, por exemplo, o que torna qualquer intervenção do estado consideravelmente difícil, pela teia de implicações e pelos horizontes temporais envolvidos, exigindo políticas

coerentes ao longo de longos períodos de tempo, adotadas por decisores políticos diversos, com opções ideológicas divergentes.

Em outros casos, a intervenção dos estados pode tornar-se mais operacionalizável, pelo apoio à tradução, pelo incentivo à produção de artigos na Wikipédia, pela criação de prémios literários ou pela oferta de cursos de língua portuguesa em universidades nacionais (para estrangeiros) ou em universidades estrangeiras (para descendentes de lusófonos, por exemplo, a par de outros interessados).

Mas não é possível pensar as possibilidades de conceção e implementação de políticas de língua sem reconhecer que o conjunto dos países lusófonos apresenta uma significativa heterogeneidade de estádios de evolução tecnológica, de desenvolvimento social, de qualidade de vida e de solidez do sistema político ou de gestão da *res publica*. E, como foi referido, mesmo de domínio da língua portuguesa pelas populações; se isso não constitui um problema significativo no Brasil e em Portugal, o mesmo não pode ser dito acerca dos restantes países, em níveis variados.

O que podem, então, fazer os estados para consolidar e difundir a língua portuguesa e intensificar o seu poder de influência na esfera global? Como exercer o *soft power* que a língua representa?

Nos casos em que ainda são identificáveis dificuldades de domínio da língua portuguesa por grupos relevantes da população, é fundamental que os estados garantam o direito de todos os cidadãos a acederem à língua (ou a uma das línguas) oficiais da nação. O acesso à língua portuguesa (a língua de maior prestígio, mesmo no caso de países com outra língua oficial, veicular ou de ensino) é um direito de todos os cidadãos, um indicador da democraticidade da sociedade e um incremento para o progresso e a paz sociais.

Não possuindo alguns estados os recursos para um eficaz planeamento linguístico e sua execução, a cooperação internacional no quadro da lusofonia ganha um relevo significativo. Felizmente, são conhecidos programas de cooperação neste âmbito<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> Vale lembrar que Albuquerque (2020) aborda este tema, enfatizando que o professor de PLNM é um diplomata cultural, pois divulga internacionalmente sua língua e cultura, devendo estar consciente disso, bem como assumir posições teóricas, práticas e pedagógicas que estejam de acordo com essa função e responsabilidade.

O papel do Brasil em relação ao ensino e à difusão da língua portuguesa no mundo cresceu efetivamente no início do século XXI devido às crises financeiras internacionais, na sequência das quais o país se mostrou mais seguro para investimentos na época, e à globalização, que possibilitou o acesso internacional a uma série de bens culturais brasileiros, por meio da internet, smartphones etc. Esses fatores levaram à valorização do português, bem como da variedade e norma faladas no Brasil, o Português Brasileiro (PB).

Tais informações estão em acordo com as publicações de Silva e Sant'anna (2012) e Mendes (2014), em que a primeira menciona a questão dos mercados culturais e a segunda, as questões econômicas, conforme Mendes (2019) informa:

Há quase uma sobreposição de argumentos, de todos os lados, que afirmam o constante crescimento do português no mundo, o aumento do interesse pelo seu ensino e aprendizagem, a revelação dos recentes estudos e dados quantitativos que o colocam como uma das línguas em maior evidência e exponencial crescimento no século XXI (...) esse crescimento se deve, sobretudo, à evidência que os países de língua oficial portuguesa têm tido no mundo, não apenas cultural e política, mas, sobretudo, econômica, principalmente o Brasil e, nos PALOP, Angola e Moçambique. (MENDES, 2019, p. 40)

No Brasil, há um único órgão responsável pela elaboração e promoção de políticas linguísticas de difusão da língua portuguesa, que é o Ministério das Relações Exteriores (MRE), também chamado de Itamaraty. O MRE possui o setor de Diplomacia Cultural e Educacional que, por sua vez, está dividido em três setores:

- A Divisão de Temas Internacionais Culturais e de Língua Portuguesa (DCLP) promove a difusão da língua portuguesa na sua vertente falada no Brasil, bem como coordena a gestão da Rede Brasil Cultural, formada por Centros Culturais Brasileiros, Núcleos de Estudos Brasileiros e Leitorados. A unidade responde também pelos temas de cultura tratados em organismos multilaterais, como UNESCO, MERCOSUL, UNASUL, OEA, CELAC e OEI;

- A Divisão de Temas Educacionais (DTED) é responsável pelos temas ligados à cooperação educacional oferecida pelo Brasil e recebida de outros países, organismos internacionais ou agências estrangeiras; participa da negociação e acompanha a execução de acordos referentes à cooperação educacional; divulga oportunidades de bolsas de estudos oferecidas a brasileiros no exterior e estrangeiros no Brasil;
- A Divisão de Ações de Promoção da Cultura Brasileira (DCULT) difunde e promove a cultura e a arte brasileiras em suas múltiplas e diversas vertentes e participa da negociação e da implementação de acordos bilaterais de cooperação cultural<sup>14</sup>.

Acresce que há dois órgãos oficiais relativos a questões de ciência, tecnologia e ensino superior, a saber Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), os quais desenvolvem ações e projetos em parcerias com o MRE, especialmente a CAPES, para a promoção da língua portuguesa, como o leitorado brasileiro, bem como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

Por limitações de espaço, destacamos aqui somente as principais ações e políticas feitas nas últimas décadas ou que apresentam continuidade até aos dias atuais. Para estudos históricos e maiores detalhes, recomendamos os trabalhos de Silva (2010) e Nóbrega (2016), bem como a publicação oficial recente que oferece um panorama completo dessas ações (BRASIL, 2021).

A primeira delas é o Celpe-Bras (Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros), que data de 1994, permanecendo até hoje como um marco e referência principal para a avaliação e o ensino de PLN no Brasil, já que o país carece de documentos que versem sobre cursos

---

<sup>14</sup> Informações disponíveis em:

<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/diplomacia-cultural-1>.

e currículos de PLNM, não apresentando uma política objetiva sobre o assunto<sup>15</sup>. Novamente, Mendes (2019) ilustra o crescimento:

Na primeira aplicação do Exame, em 1998, participaram apenas oito instituições. Atualmente, o Celpe-Bras é realizado em cento e vinte e cinco Postos Aplicadores credenciados, sendo quarenta e oito deles no Brasil e os outros setenta e sete espalhados no exterior. (p. 48)

A criação da própria DCLP, citada anteriormente, denominada antes de Divisão de Promoção de Língua Portuguesa (DPLP), ocorreu apenas no decorrer do século XXI, ou seja, recentemente. Além disso, estão sob sua responsabilidade mais de vinte Centros Culturais Brasileiros (CCB) e os cinco Núcleos de Estudos Brasileiros (NEB) existentes espalhados pelo mundo. Antes da criação da DCLP, alguns CCB e institutos mais antigos estavam sob a coordenação de diferentes órgãos do governo federal ou até se tornaram instituições de ensino independentes, como é o caso do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro, criado na década de 1940 (CASTRO NETO, 2013). Digno de nota é que os CCB e NEB integram a Rede Brasil Cultural (RBC), que recebeu este nome em 2013, sendo que a iniciativa dos leitorados também faz parte dessa rede.

O leitorado brasileiro remete para outra política que teve o seu início em décadas anteriores, em 1965 para sermos mais precisos, porém, só integrou a RBC e fez parte do MRE posteriormente. De acordo com Sá (2009), em publicação que analisa as funções e o perfil do profissional do leitorado brasileiro, o papel principal do professor-leitor é “a disseminação da variante portuguesa falada no Brasil e o ensino da cultura e da literatura nacional em universidades estrangeiras” (SÁ, 2009, p. 31). Atualmente, conta com 23 leitores em 20 países distintos. Porém, mesmo com a atenção especial que o MRE dá ao programa do leitorado e a série de exigências e qualificações que se exigem do leitor, ainda há muitos problemas que o leitor brasileiro enfrenta,

---

<sup>15</sup> Em 2020, visando preencher este vazio, o governo brasileiro lançou uma coleção, pela Fundação Alexandre de Gusmão, com vários volumes separados por temáticas, que contém diferentes propostas curriculares para o ensino de português no exterior nas várias unidades da rede do Itamaraty, que se encontra disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca-nova/categoria/cat/58>.

principalmente em relação à infraestrutura e ao apoio tanto ao indivíduo, quanto ao trabalho do leitor e à língua portuguesa (FERREIRA, 2014).

Finalmente, destacamos as criações das universidades UNILA (Universidade Federal da Integração Latino-Americana), em 2007, e UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira), no ano seguinte, em 2008. Ambas foram construídas em locais estratégicos, a UNILA, em Foz do Iguaçu, na fronteira Brasil-Argentina-Paraguai, visando maior interação com os países vizinhos e fortalecimento do MERCOSUL, enquanto a UNILAB possui diferentes campi pela região Nordeste, onde se concentra um grande número de afrodescendentes e de imigrantes de origem africana, com os objetivos de auxiliar e estreitar os laços com demais países da CPLP e PALOP.

Vale lembrar que vários autores destacam outras políticas e iniciativas, como: a Sociedade Internacional de Português Língua Estrangeira (SIPLÉ), a Associação das Universidades de Língua Portuguesa (AULP), o Museu da Língua Portuguesa, o Programa de Mobilidade Acadêmica Regional para os Cursos Acreditados (MARCA), entre outras, porém não as abordamos aqui por fugir de nosso recorte, porque estão fora do período de tempo estipulado por nós, ou apresentam um impacto reduzido, ou são parcerias que não envolvem apenas o Brasil.

Em Portugal, o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua I.P. (também referenciado como Camões, IP) é o instituto público, sob tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a que o estado atribui as seguintes funções:

- Propor e executar a política de cooperação portuguesa;
- Coordenar as atividades de cooperação desenvolvidas por outras entidades públicas;
- Propor e executar a política de ensino e divulgação da língua e cultura portuguesas no estrangeiro;
- Assegurar a gestão da rede de ensino português no estrangeiro, a nível básico, secundário e superior;
- Apoiar a colocação de docentes locais através de parcerias com instituições de ensino superior e organizações internacionais;



- Promover a internacionalização da cultura portuguesa. (<https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobrenos/identidade>).

Entre essas funções, sublinhe-se a política de ensino da língua portuguesa (e não só) no estrangeiro e a internacionalização da língua portuguesa. O Camões, IP, assegura a divulgação, a promoção e o ensino da língua e da cultura portuguesas em 85 países, cooperando com 357 instituições de ensino superior e organizações internacionais e respondendo às necessidades de 157.586 alunos da Rede de Ensino do Português no Estrangeiro<sup>16</sup>.

Uma das estratégias do Camões, IP foi a criação e a corresponsabilização por cátedras em universidades estrangeiras, que asseguram a investigação e o ensino em diversas áreas, linguística incluída. Dessa forma, o instituto robustece a afirmação do português como língua de ciência. O site do Camões, IP identifica cátedras em 21 países.

A rede de ensino no estrangeiro conta com leitorados, destinados a apoiar departamentos de português ou equivalente em universidades e outras organizações estrangeiras. Estes leitorados oferecem igualmente cursos de língua portuguesa e de outros conteúdos culturais; o site do Camões, IP contabiliza leitorados ativos em 69 países, incluindo todos os países africanos de língua oficial portuguesa e Timor-Leste.

Há ainda a considerar os centros de língua portuguesa, que se configuram como espaços de apoio logístico ao ensino, à aprendizagem e à investigação e como polos de dinamização cultural. São fundados em parceria com instituições universitárias e organizações internacionais e contam com diversos recursos, como bibliotecas e videotecas; de acordo com a informação disponibilizada no site do Camões, IP, estão ativos em 44 países, incluindo todos os países africanos de expressão portuguesa, à exceção da Guiné Equatorial<sup>17</sup>.

---

<sup>16</sup> Dados de 2015. Fonte: Camões, I.P (<https://www.instituto-camoes.pt/sobre/sobrenos/identidade/camoes-em-numeros>).

<sup>17</sup> O site do instituto não referencia o Centro de Língua Portuguesa de Timor-Leste, a funcionar em cooperação com a Universidade Nacional Timor Lorosa'e e em instalações desta instituição de ensino superior, desde 2014 (inicialmente como "Instituto da Língua Portuguesa" e só após 2016 como "Centro de Língua Portuguesa").



Há ainda a registar com relevo a criação, pelo Camões, IP, em 2017, do *Referencial Camões PLE*:

um documento de caráter didático, construído com o objetivo de facultar aos profissionais da rede Camões e a outros intervenientes ligados ao ensino, aprendizagem e avaliação de Português como Língua Estrangeira (PLE) um referencial de conteúdos que os apoiem na conceção e organização de cursos de PLE. (CAMÕES, IP, 2017, p. 7)

Este referencial foi concebido para se alinhar com o *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, Ensino, Avaliação* (QECCR) do Conselho da Europa (2001) e oferece descritores para seis níveis de proficiência e inventários de conteúdos para as atividades a desenvolver.

Sublinhe-se que se trata, tal como o QECCR, de um documento destinado ao ensino das línguas estrangeiras. Infelizmente, não parece que se deva aplicar, sem a necessária adequação, ao ensino da língua portuguesa como língua segunda no contexto dos países africanos lusófonos e de Timor-Leste, onde aquela não se caracteriza como língua estrangeira. Mas (de novo infelizmente) ainda não há um referencial equivalente para o ensino da língua portuguesa com estas particularidades.

Outras instituições públicas e privadas portuguesas mantêm programas de cooperação e apoio que passam pela difusão e pelo ensino da língua portuguesa.

A mais saliente será, provavelmente, a Fundação Calouste Gulbenkian, que, através do seu programa Parcerias para o Desenvolvimento, assume o objetivo de:

responder a necessidades de desenvolvimento social e económico dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e de Timor-Leste, através da valorização dos seus recursos humanos e do reforço das suas instituições na educação, saúde, artes e investigação em saúde.<sup>18</sup>

Um dos eixos desse programa centra-se sobre questões de literacia e de numeracia e, entre outras ações, oferece bolsas a cidadãos oriundos dos países

---

<sup>18</sup> <https://gulbenkian.pt/programas/parcerias-desenvolvimento/sobre-o-programa/>

em referência para a frequência de cursos de pós-graduação em instituições de ensino superior portuguesas.

Como exemplo de programa de intervenção para a melhoria da qualidade de vida num país lusófono, através da melhoria do seu sistema de ensino, pode apontar-se o RECEB – Reforma Curricular do Ensino Básico na Guiné-Bissau, que conta desde 2015 com a parceria do Ministério da Educação Nacional da Guiné-Bissau, do Banco Mundial, da UNICEF e da Universidade do Minho (Portugal). Trata-se de um programa que visa a construção de um novo currículo para os seis primeiros anos de escolaridade, mas que poderá prolongar-se até ao 9.º ano, com a produção de novos manuais escolares, e que conta ainda com a formação de professores para a respetiva implementação. Num país com gritantes carências ao nível do ensino (entre outros âmbitos), a importância de um projeto de intervenção com o perfil deste é de uma importância crítica e apresenta um soberbo potencial de melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, o que se cruza com domínio proficiente da língua portuguesa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta breve exposição pretendeu alargar um pouco o âmbito da reflexão que os autores têm realizado acerca da língua portuguesa, seu ensino e sua disseminação. Fundamentando-se em dados estatísticos atualizados, procurou mostrar que a língua portuguesa ocupa um papel de relevo no panorama linguístico mundial, e que tal relevo é reconhecido por diversas fontes estatísticas e estudos internacionais, mesmo quando estes recorrem a diferentes critérios de análise. Pretende ir mais além, contudo: pretende sublinhar que as políticas de língua não são neutras no jogo de poder a que se dedicam os decisores políticos, económicos e estratégicos mundiais.

No âmbito das políticas de língua e do planeamento linguístico, os dois países lusófonos tecnologicamente mais evoluídos, Brasil e Portugal, há décadas que desenvolvem esforços para a difusão da língua portuguesa, apoiando os restantes países da CPLP em suas ações internas de difusão e consolidação da língua portuguesa, promovendo o ensino da língua de herança entre as comunidades de emigrantes, ou oferecendo formação de português língua estrangeira, dentro e fora das suas fronteiras geográficas. Muitas outras ações regulares ou episódicas são desenvolvidas, para a promoção das

expressões culturais lusófonas – na literatura, na música, no cinema, nas artes plásticas, etc. Fica sempre, ainda assim, uma amarga sensação de insuficiência e, para os menos pessimistas, a esperança de melhores e mais produtivas ações de ensino e difusão da língua, capazes de emergir da permanente onda de críticas de que os organismos estatais são alvo.

Os restantes países lusófonos, na sua generalidade, lutam ainda com dificuldades significativas para democratizar o acesso à língua oficial (no caso de Timor-Leste, uma das línguas oficiais). Essas dificuldades não são alheias às de democratizar o acesso ao ensino, à saúde, à justiça, à segurança, à ciência, à habitação adequada, ao trabalho que garanta um rendimento estável e digno, enfim, a uma qualidade de vida própria da condição humana.

Quando olhadas com uma visão de curto prazo, elementar e estreita, as questões de política linguística podem parecer de reduzida importância. Mas com elas se cruzam muitas das decisões que definem a vida dos indivíduos e o devir das sociedades.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, D. O ensino de Português Língua Estrangeira como diplomacia cultural: atividades de cultura brasileira. *Signum*, v. 23, n. 1, p. 133-150, 2020.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Panorama da contribuição do Brasil para a difusão do português*. Brasília: FUNAG, 2021.
- CAMÕES, Instituto da Cooperação e da Língua I.P. *Referencial Camões PLE*. Lisboa: Camões, IP, 2017.
- CONSELHO DA EUROPA. *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas – Aprendizagem, ensino, avaliação*. Porto: Edições ASA, 2001.
- CASTRO NETO, F. *História do futuro: Diagnóstico e perspectivas de políticas públicas para o ensino/aprendizagem de PLE-PL2 no Brasil do século XXI*. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada – UnB, Brasília, 2013.

- FERREIRA, L. O leitorado brasileiro na Tailândia: uma contribuição para o debate a respeito do papel do professor-leitor. *Revista do GEL*, v. 11, n. 1, p. 10-29, 2014.
- FONSECA, J. *Linguística e Texto / Discurso. Teoria, Descrição, Aplicação*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa/ Nice: Universidade de Nice, 1992.
- MENDES, E. Português gera interesse mundial nunca visto. Entrevista. *Plataforma Macau*, 2014. Disponível em: <http://www.plataformamacau.com/macau/portugues-gera-interesse-mundial-nunca-visto/>. Acesso em: 06 mai. 2021.
- MENDES, E. A promoção do português como língua global no século XXI. *Linha D'Água*, v. 32, n. 2, p. 37-64, 2019.
- NÓBREGA, M. H. Políticas linguísticas e internacionalização da língua portuguesa: desafios para a inovação. *Revista de Estudos da Linguagem*, v. 24, n. 2, p. 417-445, 2016.
- REIS, S.; SOUSA, P.; MACHADO, R. *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020*. Oeiras: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, 2021.
- RETO, L. (Coord.) (2012). *Potencial económico da língua portuguesa*. Alfragide: Texto Editores, Ltda., 2012.
- SÁ, D. S. O leitorado brasileiro em Manchester: política linguística e ensino de português como língua estrangeira. *Cadernos de Letras da UFF*, v. 39, p. 31-40, 2009.
- SILVA, D. B. O passado no presente: história da promoção e difusão da Língua Portuguesa no exterior. *Anais do XIV CNLF*, p. 3018-3034, 2010.
- SILVA, D. B.; SANT'ANNA, V. L. Fabrica-se um “novo português”? Uma análise discursiva de documentos da CPLP. *Gragoatá*, v. 17, n. 32, p. 117-136, 2012.